

É muito simbólico, como o Flávio Serafini falou, o PL teve o adiamento da sua aprovação, do seu debate porque teve uma conversa com o governo de ter essa audiência pública aqui hoje para que se pudesse depois aprofundar o debate, aprofundar a importância desse PL nessa conjuntura, nesse contexto, para que a gente pudesse fazer, realmente fazer um debate real e colocar o que significa um debate real, realmente, com a participação da comunidade escolar e estudantes para 2022 e sabermos aí qual é a política da Educação do Rio de Janeiro. Como eu falei, é muito simbólico que, nesse mesmo dia da colocação aqui dessa audiência, o Conselho Estadual de Educação comece o debate, de uma minuta que sequer é conhecida pela sociedade, que sequer foi debatida pela comunidade escolar.

E preocupa mais ainda porque, pela fala do Presidente Estadual de Educação, a maior preocupação que se tem nessa minuta é colocar uma autonomia das Redes. O que significa isso? O Waldeck acho que colocou muito bem. 80% da população do Rio de Janeiro precisa da escola pública. A escola pública não vai ter autonomia para debater. Não vai ter autonomia do seu currículo. Quem vai ter autonomia da Rede vão ser as escolas particulares. E a gente não pode colocar o lucro das escolas particulares acima de um sistema educacional do Rio de Janeiro, que é para todos. Porque essa política vai ser nefasta não só para as classes populares, que precisam da escola pública, mas também para os filhos e filhas da burguesia, que conseguem pagar, que vão ter todas as disciplinas, ou a maioria ou parte das disciplinas. Fica, então, uma autonomia que não se tem igualdade de oportunidade. Nós não temos, não vamos ter uma educação pública, igualitária para todos.

O Conselho Estadual de Educação tinha que ter em mente que ele precisa debater uma Educação em cima de uma escuta. O Conselho Estadual de Educação fez três escutas, dentre elas duas que 100% das falas das representações da sociedade civil foram contra essa reforma. Foram contra. E essas escutas não foram dialogadas na minuta colocada. Quando a gente lê essa minuta, simplesmente, observa que ela apenas dá aval para o governo. Ela coloca a lei exatamente como está, que é nefasto para a Educação do Rio de Janeiro. O Conselho Estadual de Educação não pode ser conivente com a destruição da Educação Pública no Rio de Janeiro, não pode. É impossível isso. E aí eu concordo com algumas falas aqui. Eu acho que também as Universidades Públicas também não podem ficar nesse tempo, que ainda não foi debatido realmente, porque é esse o objetivo do PL, que faça um real debate, que já coloque cursinhos para realmente dar validade para esse nefasto projeto.

É muito contraditório que a Seeduc em novembro diga que não tem a matriz curricular do ano que vem. Gente, nós sabemos que tem. Como é que uma Secretaria Estadual de Educação, em final de outubro, novembro, diz, numa audiência pública, que não tem uma matriz curricular pelo menos pensada para os filhos da classe trabalhadora no ano seguinte? A gente sabe que não. A gente sabe que está lá tudo prontinho, mas precisa do aval de alguém. Esse aval principalmente vai sair de uma minuta. A gente precisa debater essa minuta. Porque essa minuta não é o que foi debatido nas escutas do Conselho Estadual de Educação. Não foi o que foi debatido pela sociedade. Não foi o que foi debatido pela audiência pública feita aqui também pela Comissão da Educação. Então, nós precisamos ter realmente desse tempo.

É mais contraditório ainda que a Seeduc ainda diga que ano que vem vai ter um amplo debate. A desculpa, o argumento agora, "ah porque nós quisemos implementar porque é lei". Cadê o Plano Estadual de Educação, que a é lei decenal? Onde é que está o respeito por uma política de Educação no Rio de Janeiro? Engraçado que isso não é debatido nem no Conselho Estadual de Educação e muito menos pela Seeduc. Antes de implementar qualquer Reforma de Ensino Médio, nós temos que discutir qual política nós queremos para esse Rio de Janeiro. E é uma lei que está atrasada, e ninguém bota a mão no vespeiro. Se teve o COED, nós discutimos, está lá, tem um projeto já colocado, mas isso não é debatido. E aí argumenta: "Ah, não, porque precisamos colocar porque é lei." E aí a Seeduc ainda diz: "Ah, mas isso, não, dizer que vai ter diminuição da grade horária? Não, não é bem assim, porque as escolas terão a possibilidade se quiser ter uma disciplina ou outra." Gente, isso é brincadeira. Isso é deboche com os filhos da classe trabalhadora. Isso é um deboche! Dizer que as escolas terão oportunidade, não vai ter. A escola pública tem que ter uma matriz que vai ser colocada, e é isso. Prejudicar a educação daqueles e daquelas que só têm às vezes, muitas vezes, só a educação, só a escola pública, como única maneira de sua formação, única maneira.

E a Seeduc e o Conselho Estadual de Educação, através dessa minuta colocada, sem debate, sem sequer dialogar sobre o que foi colocado, não coloca isso. E disse aqui: "Ah, porque as escolas particulares precisam dizer alguma coisa para a sua clientela." Nós não estamos falando aqui de lucro, nós estamos aqui falando de Educação de qualidade, pública, igualitária para todos. O lucro não pode ser o norte; não pode ser uma educação que quem pode pagar vai ter o que quiser e quem não pode, vai ficar limitado.

Então, gente, eu acho que é isso, né? Eu acho que governos... Acho que esse PL tem que ser colocado para votar, porque se o Conselho Estadual bater o martelo antes desse PL ser aprovado, acabou PL. Acabou PL. Então, é muito simbólico. E no mesmo dia o Conselho Estadual, sabendo disso aqui, sabendo do debate desse PL, começa, então, a debater uma minuta que sequer foi debatida com a ampla sociedade e não um diálogo.

Então, é isso. O objetivo agora é a aprovação do PL. Mais uma vez, obrigada aí pelas palavras do Waldeck, do Flávio Serafini, por sua luta na Educação pública igualitária para todos e todas. Desculpe a minha fala, mas eu sou Professora da escola pública há trinta anos. Não é fácil não. Não é fácil. Eu não estudei em escolas particulares, não tenho dinheiro para escola particular. Meus filhos, todos eles, fizeram escola pública. A gente precisa dar para a maior parte da população, e não para a minoria. E dizer que a gente precisa dar um OK para aqueles e aquelas que precisam pagar a escola particular. Quem é dono de escola particular quer lucro. Não pode ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Obrigado, Rosilene. Chamo para fazer uso da palavra agora a Gabriele Lemos, da AERJ. (Pausa)

Não está dando para te ouvir, Gabrielle Eu vou chamar o próximo, a Gabrielle volta quando melhorar a conexão.

O próximo, o Ricardo Castro, representante da Anpuh.

O SR. RICARDO CASTRO - Boa-tarde a todos e todas. É um prazer estar aqui com todos vocês. Eu sou representante da Associação Nacional de História, seção Rio de Janeiro. Sou Professor do Instituto de História da UFRJ, dou aula para licenciatura também da UFRJ. Eu gostaria de, antes de tudo, de parabenizar a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa por ter realizado essa reunião, que eu acho muito proveitosa, muito importante. E parabenizo a fala do Deputado Waldeck e do Deputado Flávio.

Eu acho que o Waldeck foi preciso na definição da conjuntura em que essa Reforma foi votada, foi discutida no país. Quer dizer, numa conjuntura de graves ataques à democracia, pós golpe de 2016. Isso tudo é resultado desse processo brutal de ataque à democracia, às forças populares, a todo um processo democrático que vivíamos e que está sob a ameaça desses tempos em que vivemos.

Eu diria: que esse debate aqui está atrasado. A gente tinha que ter feito esse debate lá atrás, enquanto a BNCC estava sendo elaborada. Obviamente não teria sido um debate no âmbito do estado do Rio de Janeiro, mas no âmbito federal. Infelizmente, como o próprio Waldeck falou, a forma como esse processo foi levado a cabo excluiu os principais interessados do debate, que eram os professores, os especialistas em Educação das diferentes áreas de conhecimento, a sociedade civil. Ela foi encampada, capitaneada pelo grande capital que hoje domina o sistema educacional brasileiro. As fundações lemanns da vida, o Todos pela Educação da vida, que têm entrada garantida na mídia cotidiana, que defende esses interesses.

Se a gente for ver na Internet, já está entupida de cursos, de tutoriais de como seguir a BNCC, de como seguir a reforma do Ensino Médio. Quer dizer, eles dão isso tudo como já garantido, como já realizado, mas eu acho o seguinte: a gente não pode ficar mais tentando discutir se uma disciplina entra ou não entra, se isso pode ser

ajustado no currículo. A gente tem que entender que isso tudo o que a gente está vivendo é resultado da Base Nacional Comum Curricular, seja para o Ensino Fundamental, seja para o Ensino Médio. E elas restringem, elas definem de uma maneira muito fechada, muito costurada todas as formas de atuação da Educação hoje no país. Inclusive definindo esses tais de itinerários formativos, que tiraram completamente a autonomia das diferentes disciplinas e virtualmente acabaram com os professores das diferentes áreas de conhecimento, com exceção de Matemática e Português. Eu fico muito preocupado com o futuro dos jovens que sairão das escolas, não só públicas, mas também privadas, a partir da implantação dessa Reforma.

As pessoas têm grandes deficiências cognitivas e de conteúdo em relação à História do Brasil, a pensar a sociedade, pensar o mundo, compreender que a Terra não é plana. A importância da Geografia, da Filosofia, da Sociologia, tudo isso acabou, gente. Isso acabou. Essa BNCC, essa Reforma do Ensino Médio, isso é um ataque centrado na cultura, no conhecimento da sociedade brasileira, especialmente da classe trabalhadora. Porque as escolas públicas vão poder, a rigor, oferecer todos os itinerários formativos. As escolas públicas, não. Eu duvido que todas as escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro ofereçam todos os itinerários formativos, que já são em si catastróficos. Mas nem isso eles vão ter. A maioria das escolas vão ter só Português e Matemática.

Então, eu enfatizo aqui o apoio ao Projeto de Lei dos Deputados Serafini, Waldeck. Eu acho que é importante que a gente continue debatendo isso. Mas eu acho que a gente não pode ter ilusões. Não é possível fazer o que a gente está discutindo aqui com essa legislação. Essa legislação destruiu completamente qualquer perspectiva de uma Educação pública e de qualidade no Brasil, mesmo nas escolas privadas.

Você ter esse tipo de currículo do jeito que está, que exclui várias coisas, que engessou completamente os professores, isso é um ataque brutal à cultura da sociedade brasileira. Além disso, para concluir aqui, eu lembraria a vocês o seguinte: essa Reforma, esse conjunto de reformas, ela está amarrada inclusive na Universidade. Existe uma legislação de 2019 que é a Base Nacional Comum de Licenciatura. Ou seja, todas as licenciaturas, nas diferentes áreas de conhecimento, vão ter que se adequar à BNCC. As licenciaturas vão ter mais da metade do tempo de formação dos futuros Professores de Biologia, História, Sociologia etc. na área pedagógica e vão ter que, na área específica, ensinar apenas e tão somente o currículo da BNCC. Lá, no Instituto de História da UFRJ, onde eu trabalho, nós fizemos uma reforma da licenciatura há uns dois ou três anos, que nós ainda estamos implementando. A gente vai ter que jogar na lata do lixo. Por quê? Porque essa legislação amarrou tudo. Está tudo amarrado. Mesmo que a gente revogue só uma parte da Reforma, sem revogar, por exemplo, a BNCC da Licenciatura, a gente não vai ter professores no futuro para voltar ao atual sistema, que está sendo transformado. Por quê? Porque os futuros professores, caso essa BNCC se concretize, não vão ter capacidade para ensinar, de uma maneira mais consequente. Vão só ensinar a Base Nacional Comum Curricular. Ou seja, essa Reforma quer produzir na Universidade apenas tutores, que sejam capazes de aplicar os conteúdos que virão dessas empresas que vão vender cursos, vão vender provas, vão vender apostilas para os professores, os tutores das escolas aplicarem. Então, é um processo muito difícil a gente ter que continuar resistindo porque, se isso continuar, a perda para a nossa sociedade é muito grande, muito maior do que foi a OSPB e os Estudos Sociais dos anos 70, que eu peguei quando estava estudando.

Hoje, a Reforma é muito mais profunda, muito mais violenta e muito mais traumática. Então, apoio efusivamente o Projeto de Lei dos Deputados e acho que é algo imprescindível aqui no Estado do Rio de Janeiro. Muito obrigado e desculpem qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Obrigado, Professor Ricardo. Eu passo a palavra agora para os representantes da AERJ, Gabrielle e Davi.

A SRA. GABRIELLE LEMOS - Eu sou diretora da AERJ e a AERJ está na luta pelo adiamento desde o início do debate sobre a Reforma do Ensino Médio que começou. E a Reforma do Ensino Médio é extremamente prejudicial aos estudantes, principalmente depois dessa pandemia, em que a grande maioria dos estudantes não tiveram uma educação de qualidade. Não tiveram aula, praticamente. Não houve um suporte para esses alunos. Então, não há espaço para uma reforma no Ensino Médio agora.

Não tenho nem palavras para descrever. Implementar isso agora, no momento que a gente está vivendo, onde a grande maioria dos estudantes estão precisando trabalhar para botar comida em casa, porque a conjuntura atual é drástica. Os pais desses alunos perderam seus empregos e, consequentemente, a gente sabe o que acontece. São vários adolescentes em idade de escola tendo que trabalhar. Então, não tem cabimento colocar essa reforma agora. Os estudantes não têm como entrar numa reforma do Ensino Médio. É isso. Concluo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Obrigado, Gabrielle. Davi Augusto também da AERJ, estudante do Colégio Infante Dom Henrique. O Davi caiu. A gente vê que os estudantes têm uma dificuldade um pouco maior com a conexão. Quando o Davi voltar, a gente garante o uso da palavra para ele. (Pausa)

O SR. DAVI AUGUSTO - Voltei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Pode falar, Davi.

O SR. DAVI AUGUSTO - A gente, quando olha alguns dados da Seeduc em números, percebe que os estudantes são, eles produzem na medida em que são estimulados. Essa reforma do BNCC só mostra que a Seeduc não está preocupada em motivar os alunos. Você vê uma crescente diminuição de aluno acessando o Applique-se e outras plataformas, e você não vê nenhuma ação direta, eficiente que ampare os alunos nesse quesito.

A reforma do BNCC vem justamente para cada vez mais desmotivar os alunos, para montar, simplesmente, trabalhadores sem senso crítico, por quê? Porque a reforma do BNCC toca naquelas matérias que formam o senso crítico do aluno e preparam ele para o ENEM. Ou seja, você está condenando cerca de 86% dos alunos, não sei se esse número é exato, que estão na rede pública, a empregos precarizados, a trabalhar 12 horas para ganhar salário-mínimo, a esse tipo de coisa, porque a Secretaria não está disposta a motivar os alunos a perseguir suas ambições no âmbito educacional, a se formar em filosofia, a se formar em sociologia, a se formar nesses cursos onde formam o senso crítico do aluno e ajudam ele a enxergar a realidade. É incrível que isso tenha sido encarado com tamanha naturalidade. Chegar a isso, a ponto de, no fim do slide, bonitinho, estar citando Paulo Freire, numa reforma que visa acabar com muitos dos nossos direitos fundamentais garantidos, que é o de estudar numa escola pública onde eu possa ter aula de qualidade.

O ENEM está chegando. Aí, a gente vê a diminuição das inscrições, que os alunos da rede pública são os que mais sofrem com as recentes políticas da Seeduc, que não amparam, que não educam. Nesse caos geral que está, que os colégios particulares não conseguem garantir o que os alunos vão aprender. Ah! Com todo respeito aí, mas me faça esse favor. A gente está preocupado com o estudante que está tendo que trabalhar, colocar um prato de comida em casa e ainda ter que se preocupar com as provas que ele vai fazer, que ainda tem que se preocupar com o ENEM. Estou pouco me lixando com o que eles querem, os donos de escolas particulares. Estou preocupado com o ensino no público. Estou preocupado com 86% dos alunos que estão na escola pública e que estão totalmente largados, à mercê deles mesmo. É um absurdo que isso esteja sendo pautado num momento como esse.

Então, a AERJ vai continuar aqui lutando contra essa reforma, barrar o máximo possível, adiar o máximo possível. A gente é estudante. A gente não é bobo. A gente vai defender o que é nosso.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Obrigado, pela sua participação. Gostaria de chamar agora a Talita Vidal, professora, da Associação Brasileira de Currículo, para fazer uso da palavra.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Deputado Flávio Serafini, eu só queria, antes da Talita, acho que é importante registrar aqui a presença na audiência do Deputado Dionísio Lins - está aqui conosco na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Com certeza. Registrada a presença do Deputado Dionísio Lins, membro das nossas comissões e assíduo defensor da Educação.

Acho que a Talita deve ter tido um problema de conexão. Então, vou chamar o próximo, que é o Professor Charles França, da Associação de Geógrafos do Brasil.

O SR. CHARLES FRANÇA - Flávio, Waldeck, boa tarde a todos e todas. Vou me ater à questão prioritária desse momento, a discussão acerca do Projeto de Lei 4642, de 2021, em nome da Associação dos Geógrafos Brasileiros, uma entidade quase nonagenária, fundada em 1934. Tal como o primeiro curso de Geografia no Brasil, nasce a Associação dos Geógrafos Brasileiros, existente e atuante desde sua fundação.

Parabenizo a atitude responsável dos Deputados Flávio Serafini e Waldeck Carneiro, mais ainda André Ceciliano e Carlos Minc, pela proposição dessa PL que propõe, como medida responsável, o adiamento da implementação da reforma do ensino médio no Rio de Janeiro e, sobretudo, a implementação de um calendário verdadeiro de discussão, de debate sobre o que ela significa.

A pandemia impossibilitou de forma efetiva a participação dos professores e professoras, dos estudantes, dos responsáveis no debate, porque, fazer uma discussão desse nível por internet ou através de formulários, julgamos não ser suficiente para o aprofundamento da discussão.

A reforma não só altera profundamente o ensino médio, porque não se trata apenas de uma pequena alteração ou de um ajuste de percurso ou de uma mudança de carga horária de uma disciplina X Y ou Z. Ela requer o acúmulo da comunidade escolar, requer acúmulo de profissionais, de responsáveis de alunos porque essa mudança envolve uma transformação completa não só das relações de trabalho que, a cada minuto que você enxerga e analisa as relações de trabalho e propostas na reforma, elas caminham no sentido da precarização.

Pergunta aos trabalhadores da educação em que local eles vão trabalhar, de que forma eles vão trabalhar. Serão submetidos a novas estruturas organizativas de trabalho? A sua base inicial de formação, aquela a que ele dedicou décadas de envolvimento, de informação, de estudos será colocada de lado? Terá que atuar em outra área que não tem nada a ver com seu espaço prioritário de formação? Um aluno que passou dois anos do ensino fundamental, seu 8º e 9º anos, 2020/2021, em atividades remotas precarizadas, insuficientes atividades remotas, vai ter que começar a decidir os seus rumos do ensino médio a partir de 2022, tendo passado 20 e 21 nessas condições? Ele vai saltar do 7º ano para o 1º ano do ensino médio praticamente direto! Vai fazer escolha de itinerários formativos? Isso muda completamente a vida profissional dos trabalhadores da educação, muda completamente a vida das famílias, muda completamente a vida dos estudantes, altera profundamente a qualidade do Ensino Médio. Então, não pode ser implementada a partir da exposição de um slide ou a partir da exposição de um conjunto de elementos expostos num power point. Altera de maneira profunda a vida das pessoas e, nessa perspectiva, tem que ser levada com mais seriedade.

Eu acho que a atitude responsável nesse momento é a atitude de ampliação do debate verdadeiro, da ampliação do debate presencial, coletivo e de possibilidade de intervenção e de decisão de todos os atores envolvidos no processo educativo. Não só apenas a Secretaria de Educação, com a sua possibilidade direta de intervenção, mas, sobretudo, os trabalhadores da educação, os pais, mães e responsáveis, e os estudantes do ensino médio que têm a plena capacidade de tomar as suas decisões, tal como demonstrado nas duas falas anteriores dos estudantes que representam a Associação de Estudantes do Rio de Janeiro. Então, esse debate precisa ser mais profundo. Ele precisa ser mais responsável, e a atitude mais responsável nesse momento é essa que o Legislativo está apontando, com a apresentação do PL 4642. Qualquer outra decisão, seja executiva, seja normativa ou autorizativa, através de uma deliberação, significa a possibilidade de quase um golpe naqueles que estão há décadas discutindo e tocando a educação no Estado do Rio de Janeiro.

Só para concluir, quando o Waldeck faz referência à presença da língua pátria, assim determinada, e à matemática, como ensino prioritário, nós estamos há duas décadas do Século XXI e a prioridade nessas duas disciplinas parece exatamente um retorno à primeira Revolução Industrial, onde a perspectiva de se ensinar estava sustentada apenas no ensino da matemática e da língua pátria. Isso é um retorno a séculos atrás e não exatamente aquilo que se chama de moderno, se chama de contemporâneo, se chama de inovador. A propaganda da televisão simula uma inovação, mas a prática é tão autoritária e conservadora quanto qualquer outra implementada em outros momentos nesse país.

Então, o que a gente sugere e se posiciona nesse momento, enquanto Associação dos Geógrafos Brasileiros, é pela aprovação imediata do Projeto de Lei 4642 e pela impossibilidade de qualquer forma de deliberação autorizativa que permita, por exemplo, que a iniciativa privada toque o seu rumo e deixe para trás aqueles que efetivamente são o palco da nossa discussão, que são os estudantes e os profissionais da educação da rede pública de ensino. Essa é a prioridade. Não há possibilidade de nenhuma autorização deliberativa que aumente ainda mais o distanciamento daquilo que efetivamente se faz enquanto educação no Estado do Rio de Janeiro. É isso.

Essa é a posição da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Agradecemos, então, aos deputados por essa proposição, e conclamamos a toda essa atitude responsável, que é o adiamento da implementação desta reforma, que não é apenas uma pequena reforma; altera, profundamente, a vida de milhares e milhares de pessoas em todo o país. É isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Obrigado, Charles. Chamo agora, para fazer uso da palavra, representando o Fórum Estadual de Educação, Professor JOSÉ CARLOS MADUREIRA.

O SR. JOSÉ CARLOS MADUREIRA - Boa-tarde a todos, todas e todes. Cumprimentar aí todas as autoridades presentes, na figura da subsecretária Joilza cumprimentar todos os deputados presentes, nas figuras dos Deputados Waldeck e Flávio Serafini; também, na figura da companheira Gilcelia Coelho, da ADERJ, cumprimentar todas as entidades do movimento social, presentes aqui nesta audiência pública.

Eu vou ser breve porque eu acho que nós não temos mais muito o que acrescentar ao contexto dessa discussão. Quero apenas chamar a atenção para algumas questões. Me parece que está faltando bom senso. Nós, como já foi repetido aqui, por algumas pessoas, passamos 2020 e 2021 atravessando uma pandemia. Então, portanto, nós não tivemos vida normal no Brasil, em nenhum estado, em nenhum município nos últimos dois anos, em função dessa pandemia do Covid 19. Por que eu estou dizendo isso? Não é possível imaginar que o sistema educacional brasileiro, atravessando uma pandemia durante dois anos, em que as escolas não tiveram o seu funcionamento normal, não por incompetência, não porque ninguém quer trabalhar, não! Por causa da pandemia que afetou professores, que afetou alunos, que afetou funcionários, que afetou técnicos administrativos, afetou as direções das escolas e afetou, também, aquelas pessoas que trabalham na estrutura administrativa de todas as Secretarias de Educação. Podemos falar pela do Rio de Janeiro aqui. A Secretaria Estadual de Educação, também na pandemia, sofreu reverses de todos os tipos. Então, nós não podemos imaginar ou querer trabalhar como se estivéssemos vivendo no normal, no presencial, onde todos os debates são aprofundados.

Faço aqui um parêntese, não foi eu que disse, foi um slide apresentado pela Seeduc, que, nas escolas, o debate teve 45 dias. Será que no juízo perfeito de qualquer pessoa é possível imaginar que a Reforma do Ensino Médio, em 45 dias na escola, é suficiente para fazer uma mudança de envergadura como está se propondo? Fecho esse parêntese.

Segundo parêntese que eu quero abrir, nós estamos em 2021. Ano que vem, 2022, é ano de eleição para Presidente da República. Quem conhece um pouquinho de Brasil sabe que uma lei, um decreto, uma regulamentação a ser executada no final de um governo, a gente sabe que isso tem grandes possibilidades de ser alterada, em 2023, com o novo governo. A pergunta que se faz é a seguinte: por que a pressa? Porque a lei determina que tem que começar a